



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE

Tendo em vista a provocação do Deputado Ricardo Ayres, por meio do requerimento nº 187/2023, nos termos do disposto no art. 164, I, do Regimento Interno, esta **Presidência declara a prejudicialidade das seguintes proposições**, conforme parecer técnico da Consultoria Legislativa:

- 1) **PDL 56/2022** – que “Susta a Portaria nº 383, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19”.
- 2) **PL 1509/2020** – que “Suspende por 120 dias a exigibilidade de tributos federais no período de surto do novo coronavírus (covid-19) para as instituições de ensino privadas, que se abstiverem de aplicar às mensalidades multa, juros e outras sanções, dentre outras providências”.
- 3) **PL 1773/2020** – que “Dispõe sobre a suspensão do pagamento de mensalidades de Instituição de Ensino Superior Privada por estudante beneficiário de renda básica emergencial ou que tenha sofrido alteração econômica-financeira negativa, com efeitos durante a vigência do estado de calamidade pública ou, transcorrida sua vigência, enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus) ”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

- 4) **PL 2471/2020**– que “Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para permitir trancamento de matrícula gratuito nas instituições de ensino superior, no período que especifica”.
- 5) **PL 3377/2020 (e apensados: PL 3704/2020, PL 3901/2020 e PL 3847/2020)**– que “Torna obrigatória a testagem periódica de professores e profissionais de escolas públicas e privadas para detecção da doença COVID-19, como medida de controle da Pandemia do Novo Coronavírus e dá outras providências”.
- 6) **PL 3836/2020** – que “Cria a bolsa de estudos emergencial para cursos superiores, com o objetivo de mitigar os efeitos da inadimplência nas mensalidades em razão da pandemia de COVID-19”.
- 7) **PL 3962/2020 (e apensado PL 1402/2021)**– que “Autoriza a cursar instituição de ensino superior o aluno aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem ou no vestibular sem concluir Ensino Médio no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)”.
- 8) **PL 4034/2020 (e apensado PL 4323/2020)**– que “Altera o artigo 3º da Lei 13.998/2020, para acrescentar o parágrafo 4º, que estende o Auxílio Emergencial para todos os pós-graduandos brasileiros pelo período que perdurar a pandemia de COVID-19, e dá outras providências”.
- 9) **PL 3841/2021**– que “Cria o processo de Revalidação extraordinária de Diplomas de Graduação Expedidos no Exterior de Médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil”.
- 10) **PL 3312/2020**– que “Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, para autorizar o usufruto de banco de horas aos profissionais da educação básica e aos docentes do ensino superior contratados em regime presencial que se





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

encontrem em regime de teletrabalho motivado pela situação de emergência decorrente da pandemia por COVID-19, e dá outras providências”.

11) PL 3960/2020 (e apensados PL 4094/2020 e PL 4587/2020)– que “Isenta dos tributos federais os smartphones, tablets, notebooks, computadores pessoais e modems adquiridos por estudantes regularmente matriculados em instituições públicas de ensino e professores em exercício, enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública decretado em virtude da pandemia da COVID-19”.

Atenciosamente,

Deputado **MOSES RODRIGUES**
Presidente

